



1 **Ata da 9ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos vinte e dois dias do
2 mês de maio de dois mil e doze, às dezoito horas, na Sala de Reuniões do Conselho Municipal de
3 Saúde, situada na Rua XV de Novembro, nº 120, sala 03, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a
4 nona reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa, estando presentes os Conselheiros Titulares e
5 Suplentes conforme lista de presença em anexa. Verificada a presença de quorum, o presidente
6 Jefferson Leandro Gomes Palhão assumiu e procedeu à abertura da reunião, cumprimentando a
7 todos os presentes, conselheiros e participantes. Pauta do dia **1.** Leitura da Ata. **2.** Leitura dos
8 ofícios. **3.** Apresentação das Comissões. **4. Ordem do Dia. 4.1.** Aprovação da resolução 04 e 05
9 referentes ao CAPS i e a o edital de credenciamento dos CAS. **4.2.** Aprovação do contrato com
10 empresa e complemento de verba da SMS – Lente Escleral- Prótese Ocular. **4.3.** Apresentação da
11 Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 1º Quadrimestre do exercício
12 de 2012. **5.** Informe dos Conselheiros. **1. Leitura e aprovação das Atas.** Aprovadas a 1ª ata da
13 reunião extraordinária e a 8ª ata da reunião ordinária aprovadas. **2. Leitura dos ofícios.** Pela 1ª
14 secretaria Lamara Farias de Souza. O presidente fala que tem uma solicitação de pauta de ultima
15 hora e gostaria de colocar para apreciação do pleno que é do pessoal da farmácia eles precisam
16 fazer a apresentação sobre a sobra dos recursos que pode ser remanejado e eles querem fazer a
17 apresentação do projeto o que eles vão fazer com este recurso hoje seria a apresentação e depois
18 vai para a comissão, então ficaria como **4.4.** Apresentação sobre o remanejamento de saldos
19 financeiros do bloco de assistência farmacêutica para blocos de Atenção Básica e Média e Alta
20 Complexidade. O presidente pergunta se podemos incluir na pauta o item 4.4.. Aprovado para a
21 inclusão na pauta do item 4.4.. **3. Apresentação das Comissões.** O presidente pergunta se a
22 comissão tem alguma coisa para apresentar ou relatar. O conselheiro Sergio Doszanet fala que a
23 Comissão Municipal de Contratualização de Contratos e Projetos se reuniu e ira apresentar o
24 parecer sobre o contrato com empresa e complemento de verba da SMS – Lente Escleral- Prótese
25 Ocular. **4.1. Aprovação da resolução 04 e 05 referentes ao CAPS i e a o edital de credenciamento**
26 **dos CAS.** O presidente fala que quando nós aprovamos o projeto do CAPS i e dos CAS, foi criado à
27 resolução porque senão a Secretaria não consegue dar andamento dentro dos processos, houve
28 uma mudança na lei e agora o Conselho cada vez mais deliberativo mesmo e é por isso que esta
29 enchendo de entidades que prestam serviço na área de saúde pedindo credenciamento para o
30 CMS, porque antes quem fazia era o Conselho de Assistência Social. Após o presidente ler a
31 resolução 04 e 05/2012/CMS coloca em votação e é aprovado pela plenária por unanimidade. **4.2.**
32 **Aprovação do contrato com empresa e complemento de verba da SMS – Lente Escleral- Prótese**
33 **Ocular.** O conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que é o relator da Comissão Municipal de
34 Contratualização de Contratos e Projetos e se reuniram no dia 14 de maio para análise do contrato
35 com a empresa e complemento de verba da SMS – Lente Escleral- Prótese Ocular, diz que o
36 contrato venceu em 16 de março de 2010 e o departamento de Ortese e Prótese nos informou
37 que tem a comissão tem lista de espera de treze pacientes desde 2010; em 03 de dezembro de
38 2010 iniciou o tramite para renovação do contrato foi encaminhado um processo de
39 inexigibilidade por não ter no Estado este tipo de serviço e fornecer a prótese que tem que ter um
40 acompanhamento de consultas e manutenção com estes pacientes tem algumas empresas que
41 fornecem a prótese mais não dão o suporte e pra nós não adianta; no dia 24 de agosto de 2011
42 iniciou um processo para a tabela SUS e deu deserto porque o preço da tabela SUS estava muito
43 abaixo do valor praticado no mercado, não teve outra empresa dentro do Estado, então deu
44 deserto; foi entrado em contato com a empresa para a renovação se haveria interesse em cima da
45 tabela SUS a empresa retornou dizendo que não teria como custear em cima da tabela SUS; foi



46 enviado ao jurídico e o jurídico foi favorável ao credenciamento porque não tem como licitar valor
47 acima da tabela do SUS. O parecer da Comissão é que a Secretaria Municipal de Saúde credencie o
48 contrato com a empresa lente de Contatos Ltda. e faça um complemento da verba entre a tabela
49 SUS e o e o convenio utilizando o recurso livre; fazer uma previsão para o ano de 2013 com o valor
50 que foi estipulado; e que seja encaminhada a minuta do contrato para o Conselho Municipal de
51 Saúde antes da contratação tanto do contrato da solicitação como do contrato novo e a comissão
52 esta de acordo com o credenciamento ou a contratação com a empresa Lente de Contato Ltda. O
53 conselheiro Sergio Doszanet fala que foi verificado é um valor de cinco mil cento e trinta e sete
54 reais por ano e pode sair do recurso livre da prefeitura porque é um valor baixo e tem gente
55 esperando na fila de espera e no momento é importante que os pacientes tenham atendimento e
56 a comissão decidiu pela aprovação e que sai este contrato o mais rápido possível. O presidente
57 pergunta se foi feito o edital. O conselheiro Sergio Doszanet diz que foi feito o edital mais deu
58 deserto. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que não esta preocupada com o valor
59 final qual é a minha preocupação é com o tubarão aquele ser que inicia as coisas no Município
60 derepente você da à mão ele quero braço, hoje vai cinco mil sem edital amanhã ou depois
61 colocam uma faca no nosso pescoço por causa de trinta, cinqüenta, cem mil esta é a minha
62 duvida. A conselheira Giselle Bombieri fala se vai existir um tubarão mais tarde nós vamos ter o
63 Conselho Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar este contrato o que
64 nós não podemos deixar de maneira nenhuma é uma fila de treze pessoas que estão em casa
65 esperando este tratamento. A conselheira Juliana de Jesus Maciel fala que o Município tem a
66 responsabilidade da participação de estar ofertando a estes pacientes a condução até por conta
67 do Município, infelizmente é uma lei fechada pela lei nº 866 e tem que ser praticado, não tem
68 como abrir esta brecha senão depois o Conselho pode responder por estar abrindo uma licitação
69 acima da tabela SUS é complicado e vai muito além da nossa liberação porque às vezes é visto o
70 Conselho e os conselheiros como breçar, e não é questão de breçar é questão de lei existe a lei nº
71 866 e tem que ser respeitada e se abra o pregão é para o Brasil inteiro se aparece uma empresa
72 em Belo Horizonte, Fortaleza ou no Amazonas infelizmente ou felizmente o Município tem que
73 arcar com a condução. O presidente pergunta se tem algum conselheiro contrario a proposta da
74 Comissão municipal de contratualização de contrato e Projetos, nenhum voto contraria, nenhuma
75 abstenção, de acordo com a Comissão aprovado por unanimidade pelo Conselho a liberação deste
76 recurso do contrato com empresa e complemento de verba da SMS – Lente Escleral- Prótese
77 Ocular. **4.3. Apresentação da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao**
78 **1º Quadrimestre do exercício de 2012.** O Sr. Juarez fala que é gerente financeiro da Secretaria de
79 Saúde e a Srª Elaine Machado que é do departamento de orçamento para fazer a apresentação do
80 1º quadrimestre do exercício de 2012, diz que foi fornecida uma cópia para todos os conselheiros
81 acompanharem; a composição financeira, aquisição e distribuição de medicamentos e materiais
82 de insumos, investimentos e inversões financeiras, repasses financeiros para o consorcio
83 intermunicipal de saúde, atendimentos efetuados pelo consorcio intermunicipal de saúde e
84 repasses financeiros para convênios e outras modalidades. O conselheiro Sergio Doszanet fala que
85 se analisar os exames de tomografia 96 exames 12 ultrassonografia se analisarmos o consórcio
86 esta realizando o mínimo pelo valor que esta sendo pago é um questionamento que faz porque é
87 só esta quantidade sabemos que tem vaga e não é repassado o Município não esta enviando onde
88 esta trava. A Srª Elaine fala que do consorcio eles não tinham o credenciamento no começo do
89 ano por isso que foi pouco. O conselheiro Sergio Doszanet fala que gostaria que fossem enviados
90 para o CMS todos estes contratos com os consórcios para os conselheiros ficarem sabendo qual a

91 empresa que tem contrato com a Secretaria Municipal de Saúde; outro detalhe você falou (se
92 refere a Sr^a Elaine) referente ao empenho pago isso nós podemos verificar na reunião das
93 Comissões, pergunta se já esta sendo colocado na internet conforme a lei da transparência. O Sr.
94 Juarez fala que todo dia é atualizado. O presidente fala que fica marcado a reunião da Comissão
95 Municipal de Contratualização de Contratos e projetos para dia 18 de maio as 18h00min na sede
96 do CMS. **4.4. Apresentação sobre o remanejamento de saldos financeiros do bloco de
97 assistência farmacêutica para blocos de Atenção Básica e Média e Alta Complexidade.** O Sr. Julio
98 Cezar Kosloski Ribas fala que esteve aqui há um mês e falou das verbas da assistência farmacêutica
99 e disse que tinha um superative de anos anteriores que vem somando ano a ano desde 2003 já
100 existe isso e temos uma proposta para utilizar em melhorias na atenção básica e também na
101 aquisição de medicamentos e matérias médicos e hospitais, de acordo com a portaria nº 2.025, de
102 24 de agosto de 2011, §, 3º; este saldo financeiro da assistência farmacêutica pode ser
103 remanejado para a atenção básica ou pra outros blocos de investimentos e também para média e
104 alta complexidade que é onde vamos utilizar este dinheiro, têm sido executado todas as ações
105 previstos nos blocos de financiamento da assistência farmacêutica então foram adquiridos
106 medicamentos a elaboração deste plano de aplicação de investimento de recursos financeiros foi
107 remanejado de acordo com a programação anual de saúde dar ciência ao plano de aplicação ao
108 CMS e aprovação deste plano também inclusão do plano no Relatório de Gestão; temos um
109 milhão trezentos e nove mil setecentos e seis reais e seis centavos (R\$ 1.309.706,06) estamos
110 solicitando transferir o valor de oitocentos e cinqüenta e nove mil setecentos e nove reais (R\$
111 859.709,00) para a atenção básica e quatrocentos e cinqüenta mil reais (R\$ 450.000,00) para o
112 bloco de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar; e viemos aqui dar ciência do plano
113 dos recursos ao CMS e solicitar a este Conselho a aprovação e autorização para utilização este
114 dinheiro; também vamos solicitar para a comissão da Bipartite que eles também aprovelem este
115 projetos. O projeto prevê algumas adequações nas unidades de saúde, reforma na farmácia
116 central (prédio que este localizado na rua XV), aquisição de medicamentos e de matérias para
117 utilização nos hospitais. Objetivos a melhoria de atendimento à população na atenção básica que
118 é o foco desta administração preocupada em resolver os problemas da atenção básica mais
119 também da média e alta complexidade. Previsão de custos: na reforma do prédio da farmácia
120 central esta prevendo gastar trezentos e vinte e três mil reais (R\$ 323.000,00); aquisição de 84
121 computadores um valor de cento e cinqüenta e nove mil e seiscentos reais (R\$ 159.600,00; tem 22
122 unidades que não tem o abrigo de resíduos estes abrigo de resíduos é uma exigência da vigilância
123 sanitária é para a adequação para todas as unidades de saúde e pretende fazer o abrigo nas
124 unidades que não tem, valor da construção de abrigo de resíduos é de cento e trinta e três mil
125 reais (133.000,00); consumo que se tem nas unidades de saúde é principalmente toner existe até
126 uma legislação municipal que a prescrição médica tem que ser feita por relatório impresso
127 aquisição de matérias de expediente para a atenção básica é de cem mil cento e seis reais e seis
128 centavos (R\$ 100.106,06); aquisição de mobiliário para uso na atenção básica oitenta e quatro mil
129 reais (R\$ 84.000,00); realização de treinamentos de funcionários de quarenta mil reais
130 (R\$40.000,00); aquisição de medicamentos para uso nos hospitais duzentos e vinte e cinco mil
131 reais (R\$225.000,00); aquisição de materiais médicos-hospitalares para hospitais duzentos e vinte
132 e cinco mil reais (R\$225.000,00) justificando que teve grande aumento de consumo de material e
133 medicamento por conta de cirurgias que estão sendo realizadas nos hospitais Municipal (Amadeu
134 Puppi e Prefeito João Vargas de Oliveira) estas cirurgia eram encaminhadas para outros Municípios
135 ou para outros hospitais e agora estão sendo feitas no Hospital do Município; aquisição de



136 geladeira com dispositivo de segurança vinte mil reais (20.000,00) vai ficar na central de
137 abastecimento diz que é uma geladeira mais cara porque é especial para medicamentos e tem
138 uma dispositivo que em caso de falta de energia ela (geladeira) continua funcionando, diz que este
139 valores são uma estimativa e pode variar, todos os itens vão ser licitados pelo menor preço; O que
140 esperamos melhoria no atendimento aos usuários, Farmácia Central readequada de acordo com
141 as necessidades dos usuários local no centro, imobiliário nas unidades de saúde, aquisição de
142 equipamentos e aquisição de medicamentos, as unidades de saúde contempladas com
143 computadores são quarenta e duas unidades de saúde e a farmácia central, e as vinte e duas
144 unidades de saúde que ainda não possuem e vão ser contempladas com o abrigo de resíduos, e o
145 treinamento vai ser oferecido para cento e cinquenta funcionários em todas as unidades de saúde
146 em média três funcionários de cada unidade; espero a aprovação do CMS que vocês nos ajudem a
147 usar este recurso com o objetivo a melhoria no atendimento a população. O conselheiro Sérgio
148 Doszanet fala que se puxar no início de ano de 2010 foi aprovado pelo CMS compra de
149 computadores para todas as unidades de saúde com impressora e computadores e foi aprovado
150 pelo CMS, então deve ter alguma coisa errada porque se foi comprada em 2010 então estão
151 renovando a frota; aqui você se refere ao Julio) diz treinamento já deveria estar acontecendo o
152 treinamento no caso do tasy a Fábria esteve aqui e disse que estava dando treinamento que estava
153 acontecendo dentro da Secretaria Municipal de Saúde então este dinheiro acho que poderia ser
154 gasto em outra coisa, material de expediente cem mil reais em toner vai custar dez mil reais cada
155 toner, pergunta se não falta um remédio na atenção básica; (Sr. Julio responde que não por falta
156 de dinheiro por falta de entrega) essas adequações nas unidades de saúde para o abrigo de
157 resíduos sólidos só estas unidades que não tem este abrigo de resíduos, porque estes dias estive
158 na unidade Luis de Castro a menina estava pendurando na cerca os resíduos sólidos, estive nas
159 unidades de saúde da Madre Josefa e na Esplanada e aconteceram às mesmas coisas em todas as
160 unidades precisam então porque só esta então faz as cinquenta e uma unidades, outro detalhe
161 fica abismado e volta a falar porque se nós aprovamos no CMS em 2010 e a Secretaria não
162 comprou estes computadores e não colocou nas unidades de saúde não são vocês os culpados
163 disso nem o Secretario hoje é culpado é a falta de planejamento e de atenção do que realmente
164 ter que ser feito e gostaria que fosse resgatada aquela resolução que foi aprovado a compra dos
165 computadores seja comprado mais não agora com este dinheiro da farmácia porque os
166 computadores já deveriam estar trabalhando e não sendo comprado agora. O Sr. Julio fala que os
167 computadores que tem são insuficientes e precisam pelo menos mais dois computadores para
168 cada unidade de saúde, são oitenta e quatro computadores e o que a gente estimou um valor de
169 mil e novecentos reais por computador com a impressora; a questão do treinamento é uma
170 necessidade que todos os funcionários das unidades de saúde estejam atualizados com o tasy e
171 estejam familiarizados com o serviço da internet; os toners custam na media de cento e cinquenta
172 a duzentos reais cada toner e se for dividir em todas as unidades de saúde não é muito toner por
173 unidade de saúde não é um valor absurdo pra um ano de consumo ou até o fim do ano; o abrigo
174 de resíduo é para vinte e duas unidades de saúde que estão faltando. A conselheira Eliane de
175 Freitas fala que gostaria de saber se o prédio onde vai ser a farmácia central é do Município (o Sr.
176 Julio fala que o prédio foi disponibilizado pelo prefeito esteve vendo no departamento de
177 urbanismo esta no nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e não vai acontecer o
178 mesmo que aconteceu com o prédio da secretaria de agricultura, porque o CMS já teve sede e no
179 meio do caminho por alguma coisa não é mais da prefeitura e tomou de volta a mesma coisa, em
180 outros prédios à prefeitura aluga ou se ele tem um contrato à prefeitura gasta trezentos mil e na

181 hora de devolver se gasta mais trezentos para voltar como era antes, tem que ver de quem é o
182 prédio. A conselheira Giselle Bombieri fala que é a favor que este dinheiro vá para a atenção
183 básica não vê o porquê que nós temos que nos preocupar com a reforma de um prédio que nem
184 nosso não é; e não vê porque temos que nos preocupar tanto com a alta complexidade porque
185 nós recebemos dinheiro pra isso vem verba Federal e Estadual pra que se compre material
186 permanente (materiais de insumo) de alta complexidade utiliza, e tem uma coisa que é muito mais
187 urgente no Município de Ponta Grossa que é o nosso laboratório central que não possui um
188 veículo para transportar os exames, conversei estes dias com o diretor do laboratório central e ele
189 disse que tem que mandar funcionário com isopor carregando a pé com coleta de material e isto
190 além de ser um risco para o funcionário é um risco para população e um risco para o paciente que
191 pode perder este exame, se for pra eu ceder o dinheiro para outra coisa então que se compre um
192 veículo e fique no laboratório central para suprir esta demanda; outra questão é a nos mande
193 especificamente tudo que foi feito com a verba liberado para compra dos computadores, quantos
194 computadores foram comprados e impressoras a onde eles estão esta construção dos anexos
195 realmente elas são extremamentes necessários eu vejo uma boa utilização e questão de material
196 permanente para as unidades de saúde o que eu percebo é o seguinte acompanhei uma época a
197 retirada de cadeiras e macas lixos de gabinetes odontológicos que a Secretaria iria fazer consertos
198 iria reformar e mandar de volta para a unidade de saúde e isso nunca aconteceu nunca voltou
199 para as unidades de saúde tem unidade de saúde que nem cadeira tem foi dinheiro pra comprar
200 não sei o que foi que aconteceu se era licitação sei que nunca aconteceu a compra; portaria se
201 abre do Ministério da Saúde para qualificação e capacitação que é do QUALI SUS acho que se
202 montar um projeto bem pontuado nos temos dinheiro do Ministério da Saúde para qualificar e
203 capacitar tem portaria para compras de material permanente para as unidades de saúde, por isso
204 insisto em dizer que o CMS e peço a Mesa que mande oficio solicitando quantas portaria abriram e
205 quantas portarias receberam do município o interesse para que nós vejamos para não perder este
206 dinheiro. O conselheiro Francisco Marochi fala que a sua preocupação é a mesma que a da Eliane
207 acha que tem que ser gasto este dinheiro em prédio próprio porque já temos experiência de
208 outras vezes que a gente reforma e daqui três anos muda o governo de Estado e querem de volta
209 e se gastou um dinheiro muito alto, hoje a farmácia esta em um local próprio sabe que tem que
210 ser investido e acha que pode ser investido desde que seja um prédio próprio do Município. A
211 Rosileia da fala que como você estava falado da farmácia e temos caminhado um pouco pelas
212 unidades e eu sou professora de assistência social da UEPG e estamos muito preocupadas com a
213 atenção básica do Município estou aqui com as alunas e cada semana vamos renovando o grupo
214 para ter este entendimento e você falou que não tem faltado medicação só se por causa do
215 pedido e me deixou muito angustiada como cidadão que a gente esta no lado da farmacêutica
216 inclusive nos CAS nos posto de saúde e as pessoas que estão distribuindo a medicação e o numero
217 de usuários que estão lá e voltam de mãos abanando inclusive medicação para hipertensão e
218 diabetes ,damos orientação de outros espaços públicos ou conveniados para as pessoas pegarem
219 grátis estes remédios, então me deixou um pouco incomodada a tua fala em relação a isso este
220 excesso de dinheiro com a utilização uma outra coisa que quero compartilhar contigo em relação
221 ao excesso de voz que esta cidade dá que esta cidade dá a hospitalização, acha que se tivesse
222 mais voz com a atenção básica e a saúde nós teríamos um numero menor de hospitalizados e de
223 gente querer medico porque quer medico, se tivéssemos uma atenção básica privilegiada
224 teríamos menos pessoas nas filas dos CAS e dos pronto socorros então me incomoda a tua fala e a
225 priorização do dinheiro publico em relação a atenção básica do Município. O presidente Jefferson

226 Leandro Gomes Palhão fala que com relação à farmácia aquilo que todo mundo fala que falta
227 medicamento e você (se refere ao Julio) já assumiu que falta medicamento pra mim não justifica
228 cara este problema sempre teve não foi da noite para o dia que surgiu este problema de seis
229 meses uma coisa é o Município faltar medicamentos; lembra uma vez que vieram apresentar uma
230 sobra de meio milhão da farmácia como que sobra meio milhão e faltam medicamentos tão
231 simples como ibuprofeno; é um problema que vai ter que ser suprido; diz que a documentação da
232 farmácia vai passar pela comissão Municipal de Contratação de Contrato e Projetos, Comissão
233 Municipal de Financiamento e Orçamento e Comissão municipal de Acompanhamento a Atenção
234 Básica e quer pedir porque no começo da apresentação dele ele mostrou que este projeto tinha
235 que estar previsto no Plano Anual e não se lembra de estar no Plano Anual à mudança de verba (o
236 Sr. Julio fala que não está no Plano Anual e está solicitando a inclusão no Plano); o presidente fala
237 que outra coisa que chama a atenção é como nós vamos fazer com esta questão da farmácia
238 porque quando o Tribunal de Contas esteve na prefeitura eles me chamaram lá e vamos ter que
239 acompanhar esta questão de perto porque sobrou um milhão. O Sr. Julio fala que se o governo
240 Federal tem uma portaria considerando isso não é uma coisa que acontece só em Ponta Grossa. O
241 presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que o próprio governo que cria esta portaria ele
242 cria os Conselhos para não deixar que a prefeitura faça poupança de outra verba em vez de
243 investir na atenção primária porque é obrigação dela e faça poupança que nem dinheiro da
244 farmácia; porque tem que tomar cuidado porque não é uma sobra de cem mil reais é um milhão
245 de reais é muita grana temos que tomar cuidado e acompanhar a farmácia mais de perto de
246 repente estão economizando o dinheiro de um canto pra; sendo que tinha que olhar; a
247 responsabilidade de liderança é nossa porque a lei nº 141 diz o que é prioridade na saúde é o CMS
248 é nos que temos que aprender a dizer o que prioridade dos gastos da saúde; vai ter que continuar
249 mandando para câmara normal sem problema vai continuar atendendo; quando tiver uma
250 questão como essa que nem eles falaram do prédio um prédio que não é do Município, vamos ter
251 que escolher o que prioridade e vai para todas as Comissões; porque se tiver que mudar este
252 recursos colocados nós escolhemos a prioridade, nós é que vamos dizer para a Secretaria
253 Municipal de Saúde isso é prioridade isso não é prioridade isso da para esperar mais um
254 pouco, então não é questão de pedir dentro das comissões a possibilidade de sentar junto para
255 análise deste projeto esta semana ou mais tardar na outra porque tem o Plano anual que na
256 próxima reunião esta indo para voto se as três comissões comissão Municipal de Contratação
257 de Contrato e Projetos, Comissão Municipal de Financiamento e Orçamento e Comissão municipal
258 de Acompanhamento a Atenção Básica e aí chama o pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e as
259 comissões fazem uma série de questionamentos e também que saber a questão dos
260 computadores que já aprovamos e quantos computadores vai para cada unidade como esta este
261 projeto; porque você é a primeira vez que vem apresentar a questão dos computadores mas assim
262 não é o primeiro que aprovamos é mais neste sentido para podermos organizar a questão das
263 Comissões e ver se conseguimos juntar as três comissões para tratar deste projeto da farmácia
264 porque é muito recurso e pelas novas leis daqui pra frente é o CMS que vai analisar para onde vai.
265 Fala ainda que o CAS nunca foi visto pelo CMS como uma estratégia eficaz para a saúde ao
266 contrario o CAS foi repudiado pelos conselheiros desde o começo o CAS foi implantado porque o
267 CMS não teve colocação de força política na época para fazer este debate e acabou cedendo;
268 aliás o CAS foi implantado sem discutir foi colocado goela a baixo e não foi discutido e depois os
269 trezentos mil habitantes criaram vicio no sistema a gente discutiu a renovação do contrato dos
270 CAS, o CAS nunca foi nunca passou pelo conselho porque não foi discutido no Conselho quando

271 vimos já tinha os CAS funcionando e isso aí é culpa dos vereadores que aprovaram; agora é
272 responsabilidade nossa de conserta isso, fortalecer as unidades de saúde; tanto que a estratégia
273 que discutimos dentro da comissão é o enfraquecimentos dos CAS. O conselheiro Arcelio Benetoli
274 fala que desconhecia que no Regimento Interno do CMS que alguém que estivesse na plenária só
275 poderia participar pela mão de um conselheiro, solicita a possibilidade de reformular o Regimento
276 Interno do CMS e é importantíssimo que tragamos a população para participar ativamente desta
277 atividade que nos desenvolvemos aqui que hoje estou eu esta você representando a população
278 amanhã são outras pessoas que vão se dispuser em executar este trabalho voluntario e vão ser
279 líderes em sua organização seu trabalho em sua comunidade então nós temos que procriar que
280 todos tenham direito a voz e quem quer contribuir com o controle social tenha direito a voz não
281 só como espectador e não ter que passar pelo crivo pelo apoio de um dos conselheiros para ter
282 direito a voz eu gostaria de parabenizar a professora Rosileia pela sua fala pelo oportuno acho que
283 nós ficaríamos privados desta contribuição e agradecer a sua presença, porque acho
284 extremamente importante que a gente traga sangue novo estudantes pessoas que vão amanhã
285 ser muito melhor e ajudar a construir efetivamente o nosso sistema de saúde. Diz que fica feliz em
286 saber que tem dinheiro na assistência farmacêutica e fica preocupado também porque sabemos o
287 insumo tão essencial para a saúde ele não esta sendo tão bem utilizado como a professora Rosileia
288 falou, acha que isto desperta aqui no Conselho a necessidade de pensar em uma comissão de
289 assistência farmacêutica, acha que só vai ter sido efetivado no Conselho a partir do momento que
290 nós tivermos uma comissão de assistência farmacêutica para verificar quais são os problemas da
291 utilização dos insumos o que esta em falta, se é falta de computadores, funcionários ou de
292 treinamento, porque sabemos que a população muitas vezes ela não tem funções de cuidar da sua
293 saúde e ela acaba muitas vezes ficando sem isso e leva a tornar alta complexidade o diabético que
294 não faz o tratamento correto fica cego ele precisa uma vez fazer cirurgia; aí precisa de mais verba
295 para a alta complexidade se a atenção básica não funciona A vice presidente Juliana de Jesus
296 Maciel fala que nós como movimento social, representantes dos usuários não tivemos capacitação
297 adequada para ter entendimento muitas vezes para estar discutindo problemas aqui a nossa
298 discussão é o que sentimos na pele como usuário e é isso que nos sustenta para falar que na
299 unidade de saúde não tem medicamentos mesmo o que vemos na porta dos médicos é aquele
300 representante indo lá na unidade e quando a porta ficam aberta eles entram na sala do medico ou
301 ligam no celular dos médicos e se não deixar os representantes entrar o médico vinha ali fora dar
302 sermão por não ter deixado o representante entrar, estes representantes entram sim e vão fazer a
303 visitinha deles atrás do medico, diz que sabe que é proibido isso em instituição publica visita de
304 representante de medicamentos que não fazem parte da nossa lista da REMUNE; e lembra que
305 quando as reuniões do CMS eram na terceira Regional de Saúde sobre a compra do os
306 computadores então tem que ver que foi aprovado o projeto para compras destes computadores;
307 em 2009 parece que o Ministério da Saúde dou noventa computadores para a Secretaria
308 Municipal de Saúde. . **5. Informe dos Conselheiros.** A conselheira Giselle Bombieri fala que todo
309 mundo acompanhou o caso da morte de uma garota no Pronto Socorro Municipal e isso me
310 chamou muita atenção porque aquilo foi um caso muito serio muito grave a família morar em
311 frente a unidade de saúde do PSF o Dr. Edson fez um comentário infeliz dentro da rede
312 paranaense de televisão quando ele diz que o erro foi a mãe não ter levado a criança até a
313 unidade pra ver se era grave ou não isso foi um fato muito infeliz e quer pedir ao CMS que
314 acompanhamento desta sindicância que foi aberto para que saibamos o que foi apurado porque
315 foi aberto uma sindicância para procurar o responsável; outra questão é a reforma do Pronto

316 Socorro Municipal é a terceira vez que este Pronto Socorro esta sendo reformado com o dinheiro
317 do Município e é a terceira vez que o problema é o mesmo goteira, diz que se informou sobre isso
318 hoje, liguei para o Pronto Socorro Municipal a ala amarela foi interditada e os pacientes passaram
319 para a ala azul, perguntei isso vai dificultar a demanda dos pacientes nas cirurgias ortopédicas e
320 cardio; por enquanto esta tudo sobre controle, mas se tivermos um aumento de demanda vamos
321 ter que mandar para os hospitais; é um absurdo que os nossos pacientes estejam sofrendo hoje
322 primeiro é porque faltava medico, depois porque faltava especialista depois porque faltava infra-
323 estrutura e gostaria de saber se este processo esta na justiça porque existe uma responsabilidade
324 técnica que é o engenheiro responsável pela obra, gostaria de pedir para a Secretaria Municipal de
325 Saúde o acompanhamento deste processo; porque este dinheiro vai ter que ser ressarcido para os
326 cofres públicos e sugere para que o CMS acompanhe isso. A conselheira Vera Wosgerau fala que
327 gostaria de informa que por conta de um curso que vai fazer mudou de unidade de saúde. O
328 conselheiro Sergio Doszanet fala questiona a falta de acessibilidade em Ponta Grossa. A Senhorita
329 Jessica fala que é aluna e faz parte do projeto do PAF, a proposta do Tribunal de contas na
330 verdade é justamente a questão do Controle Social e transparência e quando foi pensado na
331 metodologia pra Universidade Estadual de Ponta Grossa e a gente viu a importância principal dos
332 Conselhos nesta construção, então vamos vir com uma atividade de construção para os Conselhos,
333 sabemos que a questão dos horários é complicada, passamos por uma complicação porque
334 pedimos a solicitação de vocês junto à prefeitura e ela não foi encaminhada, não foi nem sequer
335 lida então achamos melhor entrar em contato com os conselhos e tivemos o acesso de vocês
336 conto com a participação de todos, dia 04 de junho às 13h30min na sede do Conselho, para
337 construir a questão da transparência e dos indicadores e trabalhar e vocês vão ver as propostas, é
338 bem interessante espero contar com a grande parte de vocês. O conselheiro Arcelio Benetoli fala
339 que foram aprovados no programa pró saúde e pet saúde que é a interação é um projeto em
340 conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e a Universidade Estadual de Ponta Grossa que visa
341 inserir como eu apresentei pra vocês os alunos do curso da área da saúde no serviço pra ele já
342 aprender bem a graduação como funciona a atenção básica porque aqui só é uma área de atuação
343 pra evitar que tanta capacitação depois que o cara se forme, o cara se forma pra trabalhar na alta
344 complexidade e depois fica a vida inteira sendo capacitado para aprender o eu é atenção básica e
345 depois se aposenta e não sabe o que é atenção básica, fomos aprovado e ainda não foi efetivado
346 porque houve uma mudança de gestor lá na Ministério da Saúde nesta parte educacional e nós
347 estamos aguardando o edital, no Paraná foram aprovados 04 projetos da Universidade de
348 Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba. O presidente fala que provavelmente vamos mudar
349 para o espaço no antigo Clube Guaira; fala ao conselheiro Arcelio que nunca foi negado o direito o
350 direito de voz pra ninguém diz que só esta se obedecendo ao Regimento Interno e que a Mesa já
351 teve questionamento de conselheiros e não se lembra de ninguém que pediu a voz e foi negado,
352 inclusive esta na constituição que é publico a única coisa que esta é quando tiver em caso de
353 deliberação a pessoa que for solicitar que faça um pedido através de um conselheiro porque hoje
354 foi tranquilo, uma pessoa coerente pediu a palavra tente imaginar em uma reunião com um
355 assunto polemico e que vai ter quarenta cinquenta pessoas acompanhando e estas pessoas se
356 inscrevendo e falando, entendeu porque tem isso no Regimento Interno do CMS, porque teve uma
357 vez que a reunião foi 3ª Regional de Saúde o antigo secretario quase apanhou na reunião, nós já
358 tivemos e não foi gente do Conselho foi gente da população. O presidente encerra a reunião às
359 20h46min.